

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 16

O GLOBO - RJ - OPINIÃO RECEITA FEDERAL DO BRASIL Imposto para transformar o país (Artigo)	3
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL Receita institui recolhimento de tributos por clubes-empresa	4
VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO RECEITA FEDERAL DO BRASIL Rio: governador prevê mudança em prazos de processos administrativos	5
VALOR ONLINE - FINANÇAS SEGURIDADE SOCIAL Agenda do dia: PIB dos EUA; arrecadação do Brasil em abril; FGV divulga dados de maio da construção	6
FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA SERVIDOR PÚBLICO Servidores recorrem a "assediômetro" e relatam em livro perseguição sofrida em órgãos públicos	7
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SERVIDOR PÚBLICO PEC dos Precatórios é constitucional, defende procurador-geral no Supremo	9
CORREIO BRAZILIENSE - DF - CAPA SERVIDOR PÚBLICO Servidores públicos terão reajuste linear de 5%, diz Guedes	10
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA Deputado prevê compensação natural	11
O GLOBO - RJ - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA CNC apresenta proposta de adequações ao texto da PEC da reforma tributária - COMÉRCIO EM PAUTA	12
CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS R\$ 31,6 milhões sonegados voltam aos cofres do DF	13
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Câmara aprova projeto que limita ICMS sobre energia e combustíveis	16
O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Como lavar dinheiro com criptomoedas (Artigo)	19
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Bolsonaro e a Petrobras - CELSO MING	21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Texto prevê "gatilho" para compensar queda de arrecadação de Estados 23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Setor público tem primeiro superávit desde 2013 24

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Sem mudança no câmbio, desinflação será lenta e gradual" 25

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Senado articula retomar projeto que muda IR 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Para Guedes, reajuste não pode ir além de 5% 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Com ou sem crise, empresas de capital aberto aumentam seus lucros - MERCADO S/A 28

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Sem dinheiro até para a alimentação (Editorial) 30

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Câmara aprova projeto que limita ICMS a 17% 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Insegurança alimentar dobra no Brasil em sete anos e afeta mais as crianças 33

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Resultado fiscal é o melhor desde 2018, afirma a Economia 36

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Empresários e economistas articulam ações para impulsionar Simone Tebet 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Inflação acima de 10% há nove meses (Editorial) 40

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
ECONOMIA

Ataque a chef nas redes expõe tática digital bolsonarista 41

Imposto para transformar o país (Artigo)

Angela Dannemann é superintendente do Itaú Social

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Receita institui recolhimento de tributos por clubes-empresa

Bárbara Pombo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187228?page=2§ion=4

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187228?page=2§ion=4

Rio: governador prevê mudança em prazos de processos administrativos

TOPO Por Joice Bacelo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/legislacao/valor-juridico/coluna/rio-governador-preve-mudanca-em-prazos-de-processos-administrativos.ghtml>

Site: <https://valor.globo.com/legislacao/valor-juridico/coluna/rio-governador-preve-mudanca-em-prazos-de-processos-administrativos.ghtml>

Agenda do dia: PIB dos EUA; arrecadação do Brasil em abril; FGV divulga dados de maio da construção

Por André Mizutani e Carlos Mercuri, Valor - São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2022/05/26/agenda-do-dia-pib-dos-eua-arrecadacao-do-brasil-em-abril-fgv-divulga-dados-de-maio-da-construcao.ghtml>

Site:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2022/05/26/agenda-do-dia-pib-dos-eua-arrecadacao-do-brasil-em-abril-fgv-divulga-dados-de-maio-da-construcao.ghtml>

Servidores recorrem a "assediômetro" e relatam em livro perseguição sofrida em órgãos públicos



José Celso Cardoso Jr. fala durante lançamento de livro sobre assédio institucional, na Câmara Igor Rodrigues - 3.mai.22/Afipea

VIDA PÚBLICA Tatiana Cavalcanti são Paulo

O senador público concursado Vitor Sarno, 54, afirma que teve sua depressão agravada após sofrer assédio institucional. Economista, ele atuava como analista ambiental do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) até fevereiro deste ano, quando foi demitido num processo que considera injusto.

Sarno apresentou queixa em canal de servidores do Ibama e ao assediômetro, ferramenta criada em 2019 para reunir denúncias contra assédio institucional no setor público que teriam ocorrido no governo de Jair Bolsonaro (PL).

Hospedada no site da Arca (Articulação Nacional das Carreiras Públicas para o Desenvolvimento Sustentável), entidade sem fins lucrativos, a plataforma já reuniu 1.200 relatos anônimos até maio.

A partir desses medos, inquietações e angústias de **servidores públicos** de vários setores, como Sarno, uma coletânea de textos foi reunida na obra "Assédio Institucional no Brasil: Avanço do Autoritarismo e Desconstrução do Estado" (Edupeb), lançada no início deste mês.

O livro-denúncia, como o define o prefácio, reúne artigos de **servidores públicos**, professores, pesquisadores, advogados, promotores, antropólogos e gestores culturais, entre outros, contando histórias de perseguição dentro de órgãos públicos.

São 806 páginas, divididas em 20 capítulos, de textos de profissionais como os juristas Deborah Duprat e Contado Hübner Mendes (colunista da Folha), e também de professores universitários como Gabriela Spanghero Lotta, pesquisadora de administração pública e governo da FGV (Fundação Getúlio Vargas), e Carla Teixeira, antropóloga da UnB (Universidade de Brasília), entre outros.

Dois dos capítulos trazem entrevistas com **servidores públicos** de vários setores, na condição de anonimato, e o assédio institucional é um diagnóstico comum na maioria dos relatos, de acordo com José Celso Cardoso Jr., presidente da Afipea (Associação dos Funcionários do Ipea).

O sigilo dos nomes e do local do trabalho acontecem, afirma Cardoso, para proteger a saúde física e psicológica dos senadores. Os anônimos narraram perseguições, ameaças, demissões e processos administrativos, que teriam acontecido de forma arbitrária, em especial a partir de 2019.

"Esse assédio, assim como o moral, é um conjunto de ameaças, agressões e constrangimentos. É a deslegitimação do servidor público em processo deliberado e consciente do governo de Jair Bolsonaro". É assim que Cardoso, um dos organizadores dos textos do livro, define a atual situação do serviço público no Brasil.

Não é um assédio direcionado a um ou outro funcionário público, de acordo com Cardoso, o que seria caracteriza do como assédio moral. A diferença é que o institucional, afirma ele, é praticado pelos altos escalões do atual governo contra diversos **servidores públicos** do próprio governo.

"É um ataque contra o coletivo de servidores, contra a saúde mental deles, contra as próprias organizações públicas e contra políticas públicas importantes. É um processo de desmonte do Estado, de desconstrução da Constituição de 1988, de ataques às garantias constitucionais e aos direitos sociais", diz Cardoso, economista e funcionário concursado do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) desde 1997.

Sarno conta que após a mudança de governo, em 2016, foi trocado de função no início do ano seguinte. Mas o novo chefe, ele diz, não lhe conferia tarefas e tampouco o integrava à equipe ou o incluía em grupos de troca de mensagens do trabalho. Isso foi causando-lhe um sentimento de rejeição e sua angústia aumentou.

Na época, ele também era diretor da Asibama-DF, associação de servidores federais do meio ambiente. "Fiquei na geladeira. Pedi uma reunião para discutir meu caso, mas o coordenador nunca tinha tempo, e eu não podia reportar-me a outra pessoa da equipe." A depressão e o assédio institucional pioraram em 2018, segundo Sarno, e o levaram a um processo de "fuga" que resultou em atrasos e faltas no trabalho. Os dias de ausência foram descontados de seu salário e ele contraiu empréstimos para pagar as contas.

Sarno relata que nem o setor de recursos humanos nem sua chefia o encaminharam para serviço de saúde ou para perícia médica. Para ter um diagnóstico, ele buscou ajuda de um especialista por conta própria em 2019.

Ele acredita que foi denunciado pelas faltas e, nos anos seguintes, passou por julgamento que considera injusto, já que afirma que os laudos médicos e as testemunhas que sua defesa apresentou foram desconsiderados.

"Fui julgado duas vezes pela mesma comissão que sugeriu a minha demissão já na primeira vez. Já estavam com a decisão tomada. Pode ter sido um movimento político, sim, infelizmente. E não aconteceu somente comigo." Questionados sobre os relatos, o governo federal e o Ibama não se manifestaram até a conclusão desta edição.

O livro cita ainda casos de ataques a setores como a saúde, mais especificamente no SUS (Sistema Único de Saúde) e no ministério, na Funai (Fundação Nacional do Índio), na Casa Rui Barbosa, no Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), na área da cultura, no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e no Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), esses dois últimos ligados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, entre outros.

Outros exemplos tratados ao longo do livro incluem declarações e atos normativos que questionam a legitimidade ou finalidade de determinadas organizações públicas, tais como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e Ibama.

Cardoso afirma que isso nunca aconteceu de forma sistemática, apenas em casos isolados. "Nesse sentido é um fenômeno novo, já que esse assédio acontece em escalada contra todas as áreas de atuação governamental, com exceção dos militares, que estão preservados, protegidos e valorizados." Esse comportamento destoava do padrão normal de um governo para Cardoso, e passa a ser chamado de assédio institucional porque é uma forma de agir patológica.

"[Acontecem] ameaças de golpe todos os dias, isso está longe de ser normal. Tem uma implicação grave para o país e para a própria população, que está sofrendo com a falta de serviços públicos e com a baixa qualidade deles. São problemas que não são de hoje, mas que pioraram sobretudo no começo governo Bolsonaro", diz.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49923>

PEC dos Precatórios é constitucional, defende procurador-geral no Supremo

Isadora Peron De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187228

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187228

Servidores públicos terão reajuste linear de 5%, diz Guedes

Em Davos, na Suíça - onde participa do Fórum Econômico Mundial -, o ministro Paulo Guedes descartou a possibilidade de o governo conceder um percentual mais elevado para policiais, conforme vinha sinalizando Bolsonaro. "É por lei. Em ano eleitoral, você só pode dar até a **inflação** e linear. O presidente gostaria de dar aumento aos policiais, mas não pode, é visto como aliciamento", enfatizou.

As declarações ocorrem num momento em que setores do funcionalismo público reivindicam a reposição de perdas ocorridas durante o congelamento salarial em meio à crise epidemiológica. "Você pode até dar alguma coisa, mas esquece o que ficou para trás. Você acha que na Alemanha, nos Estados Unidos... Perdas acontecem.

Todo mundo perdeu no mundo inteiro", ressaltou Guedes. PÁGINA 7

Deputado prevê compensação natural

RAPHAEL PATI*

O deputado Danilo Forte (União-CE), autor do PLP 18/2022, aprovado ontem na Câmara, considera incorreta a alegação de governadores e prefeitos de que haverá redução de caixa ao ser fixado um teto de 17% para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente na energia elétrica, combustível, gás natural, transportes e telecomunicações. Isso porque, segundo ele, a arrecadação que se perderá por um lado será compensada em outro.

"Não tem perda de arrecadação. Pelo contrário: tem substituição de fonte arrecadadora, por que ele (município) deixa de receber na energia e no combustível, mas passa a arrecadar nos supermercados, na lanchonete, no cabelereiro e em outras atividades econômicas", afirmou o deputado, em entrevista, ontem, ao CB.Poder - uma realização do Correio Braziliense em parceria com a TV Brasília.

Forte explicou que quando se diminui o tributo, há um reflexo em todas as cadeias produtivas. É esse "efeito cascata" que evitará a perda de arrecadação alegada por governadores e prefeitos - e se isso ocorrer, haverá a compensação, pela União, quando a queda superar os 5%.

"A gente paga PIS e Cofins sobre o ICMS. Ou seja, a gente paga um imposto em cima do outro. Ninguém compra ou come imposto. Isso vai ajudar a diminuir o valor da transmissão e o valor final da conta da energia", destacou.

Inflação

Na visão do parlamentar, caso o PLP seja aprovado no Senado sem alterações - apesar de reconhecer que haverá problemas na tramitação na Casa devido às pressões de governadores e prefeitos -, o efeito sobre a inflação será percebido rapidamente.

"Segundo estudos do mercado financeiro, pode variar em uma queda do IPCA de 1,2% a 1,6%, já agora em 2022, entrando em vigência agora em julho. Acredito que, agora, a gente possa também dar um pouco de conforto aos brasileiros. A gente sabe que quando vem a inflação e a carestia, quem paga a conta são os mais pobres e os assalariados", argumentou.

Mais tarde, depois da aprovação do PLP por larga margem de votos, Forte comentou que os deputados

tomaram uma atitude há tempos esperada pela sociedade. "Um dia histórico para o Congresso Nacional. A última vez que essa Casa trabalhou para diminuir impostos foi quando se votou para acabar com a CPMF. De lá para cá, muito se falou em reforma tributária, muito se falou sobre o peso da carestia e da volta da inflação em cima da população mais pobre", disse.

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

CNC apresenta proposta de adequações ao texto da PEC da reforma tributária - COMÉRCIO EM PAUTA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

R\$ 31,6 milhões sonegados voltam aos cofres do DF



Ana Isabel Mansur

Em apenas quatro meses, R\$ 31.673.440,83 retornaram aos cofres do Distrito Federal após ações de combate à sonegação, que distribuíram 35 multas, de 1º de janeiro a 30 de abril de 2022. O valor é referente ao Imposto sobre Serviços (ISS) que não seria pago pelas empresas autuadas.

O montante é 680% superior à quantidade recuperada no primeiro quadrimestre de 2021, quando R\$ 4.060.993,80 foram reabsorvidos pelo Executivo local, por meio de 11 autos de infração. Entre as inconsistências percebidas, estão notas fiscais emitidas e não escrituradas e imposto declarado diferente das notas fiscais emitidas. Os números são da Subsecretaria da Receita (Surec), ligada à Secretaria de Economia (Seec), e foram obtidos com exclusividade pelo Correio. As operações da Surec fiscalizam médias e grandes empresas.

Os setores que lideram as infrações aplicadas são saúde e veterinária, ensino e informática, mas as áreas de construção civil, serviço de apoio administrativo e assistência técnica também foram multadas.

Os valores recolhidos retornaram aos cofres do Distrito Federal e estão disponíveis para investimentos em serviços públicos. Com a quantidade restituída, é

possível construir 15 escolas, inaugurar três unidades básicas de saúde ou disponibilizar 226 moradias sociais (confira quadro).

O valor recuperado, porém, poderia ser maior, de acordo com o economista Riezo Almeida. "Todas as empresas estão sujeitas a essa fiscalização, mas, na prática, há uma sistematização por meio dos auditores da Receita do DF em relação a temática, volume de arrecadação e prioridades, pois o governo não consegue fiscalizar todas as empresas de todos os setores em Brasília", destaca.

Thiago Sorrentino, professor de direito tributário do Ibmec Brasília, concorda com o colega e sugere ações complementares. "O GDF deveria ter iniciativas como o Nos Conformes, do estado de São Paulo, que busca melhorar as relações com o sujeito correto e contra o sonegador.

É um modo de tratar corretamente o bom pagador de **tributos** e separá-lo do mau pagador", opina o **especialista**. De acordo com o professor, historicamente, a entidade responsável pela fiscalização financeira do governo é o Legislativo, com auxílio dos tribunais de contas.

Segundo Sorrentino, três leis principais definem a destinação do dinheiro público: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). "O fluxo não acaba na LOA. Os gestores seguem processos administrativos para escolha de outras aplicações específicas do dinheiro e liberação dos fundos, para ordenar as despesas. É um caminho burocrático, baseado em normas antigas, das quais a maior parte é anterior à Constituição.

E, no fim, todos esses processos não garantem a proteção e a fiscalização necessárias para que o dinheiro público seja bem gasto", conclui o professor.

O crescimento da arrecadação, em 2022, com os valores readquiridos em ISS pode ser explicado pelo fortalecimento das ações de fiscalização no DF, conforme aponta o secretário de Economia, José Itamar Feitosa. "O GDF contratou novos auditores fiscais e reforçou os mecanismos de fiscalização, investindo em novas tecnologias. Isso tem nos permitido realizar operações mais constantes e evitar

a sonegação de **impostos**", avalia.

Paulo Roberto Batista, coordenador do núcleo do ISS da Subsecretaria da Receita (Surec), da Secretaria de Economia (Seec), reforça a observação do secretário. Segundo Paulo Roberto, 15 auditores fiscais passaram a fazer parte da equipe no fim de 2021, cuja atuação ajuda a combater a sonegação e fortalece a arrecadação no DF. "O processo de monitoramento começou a ser feito de maneira mais aprofundada a partir de outubro de 2019 e ganhou mais força em 2020. A entrada de novos auditores fiscais trouxe uma evolução significativa e os números mostram isso", aponta gestor.

A atuação faz parte da etapa de fiscalização, que sucede ações de monitoramento. Nos quatro primeiros meses deste ano, a Receita monitorou 498 empresas quanto a possíveis operações fraudulentas em relação ao pagamento do ISS, que poderiam chegar a R\$ 49 milhões.

Esse número diz respeito a atividades suspeitas. Uma vez identificadas, é dada à firma a oportunidade de sanar as incoerências, antes de ser multada.

"Se não o faz, em até 90 dias, é encaminhado para a fiscalização e recebe o auto de infração", explica o coordenador, que cita os casos encaminhados diretamente à fase de punição.

"Como é o caso das vendas de cartão de crédito e débito sem emissão de nota fiscal. É autuado de imediato, porque é uma sonegação", define.

Conceito

Imposto cobrado sobre os prestadores de serviços, sejam pessoas físicas (autônomos) ou jurídicas, à exceção de trabalhos prestados no exterior sem reflexo no Brasil. A alíquota varia de 2% a 5%, a depender do serviço. Se houver incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o serviço, não há pagamento de ISS, para evitar dupla tributação.

A taxa cobrada de profissionais autônomos é tabelada e varia de R\$ 556,45 a R\$ 1.112,88.

Estreitamento

O Programa de Estímulo à Conformidade Tributária (Nos Conformes), criado em 2018, dá condições para a construção de um ambiente de confiança recíproca entre os órgãos da Fazenda paulista e os contribuintes.

O projeto privilegia atividades de orientação,

atendimento e autorregularização, por meio de sistemas de classificação de contribuintes e de agendamento eletrônico.

Fonte: Secretaria da Fazenda e Planejamento de SP

Finanças

A LOA é conhecida como uma peça de execução orçamentária, pois é nela que o governo coloca em prática os programas e projetos que foram previstos no Plano Plurianual (PPA) e priorizados na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Áreas

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DE SEGURO

**R\$ 762,9
milhões (39,6%)**

SAÚDE E VETERINÁRIA

**R\$ 223,7
milhões (11,6%)**

ENSINO

R\$ 78 milhões (4%)

CONSTRUÇÃO CIVIL:

**R\$ 64,8 milhões
(3,4%)**

SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO

**R\$ 63,5 milhões
(3,3%)**

Fonte: Secretaria de Economia do DF

Câmara aprova projeto que limita ICMS sobre energia e combustíveis

Danielle Brant Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta (25) o projeto que limita o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre energia e combustíveis. Além disso, o Congresso inseriu no texto uma nova tentativa de fixar a tributação sobre o diesel.

O texto-base do projeto foi aprovado por 403 a 10. Os deputados rejeitaram sugestões para modificar a proposta -que, agora, segue para o Senado. Os estados, no entanto, reagem ao texto e já falam em barrar a proposta na Casa vizinha ou até no STF (Supremo Tribunal Federal).

O projeto faz parte de uma ofensiva do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para tentar reduzir o preço da energia no país, em meio à preocupação de aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL) com o impacto da **inflação** sobre as eleições.

O texto aprovado classifica combustíveis, gás natural, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo como bens e serviços essenciais. Com isso, valeria entendimento do STF que limita a incidência do imposto a a esses itens a uma faixa de 17% a 18%.

A proposta final da Câmara passou a prever uma compensação a estados em caso de perda de arrecadação. Para entes endividados, a União deduzirá do valor das parcelas dos contratos de dívidas as perdas de arrecadação superiores a 5% em relação a 2021. A dedução vai até 31 de dezembro de 2022 ou até a dívida acabar.

Estados em regime de recuperação fiscal terão as perdas com arrecadação compensadas integralmente. Estados sem dívida ficam sem compensação. O projeto prevê a possibilidade de compensação também a municípios.

"De ontem [terça, 24] para cá, houve a procura muito grande de diversos deputados e prefeitos, associações de prefeitos, no sentido de que a gente pudesse também estender essa trava aos municípios, haja visto que 25% da receita com ICMS é compartilhada com esses municípios", afirmou o relator do texto, Elmar Nascimento (União Brasil- BA). "E nós estamos estendendo essa garantia também aos municípios."

Em ofício, o presidente do Comsefaz (Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do DF), Décio Padilha, critica a medida. Ele afirma que só o impacto do congelamento dos combustíveis será de R\$ 37 bilhões em 2022 e que, de novembro de 2021 a abril deste ano, a frustração de receita real gira em torno de R\$ 17 bilhões.

"Mesmo com essa significativa perda de receitas, a Câmara dos Deputados agora pretende aprovar projeto cujo impacto financeiro para os estados e o Distrito Federal poderá ser entre R\$ 64,2 bilhões e R\$83,5 bilhões por ano,0 que torna impraticável levar este projeto adiante", afirmou.

"Tais valores representam patamares mínimos, aos quais podem ser acrescidos outros fatores que os tomem mais graves, caso sejam consideradas a repercussão do congelamento ou limites ainda mais elevados no preço dos combustíveis." André Horta, diretor institucional do Comsefaz, afirma que as compensações previstas no projeto são baseadas em um gatilho que não deve ser acionado. Ele diz que as receitas com o ICMS têm crescido naturalmente a um ritmo anual superior a 15% em muitos estados- portanto, mesmo com o corte de arrecadação a ser aplicado pelo projeto, os governadores acabariam sem contrapartidas.

Segundo ele, a estratégia agora será impedir que o projeto avance no Senado e, se for o caso, no STF. "Onde for" Mais cedo, antes do novo relatório, a FNP (Frente Nacional dos Prefeitos) havia estimado uma perda de receita de R\$2bilhões caso os municípios não fossem contemplados pela medida compensatória.

Nesta semana, a CNM (Confederação Nacional dos Municípios) divulgou uma previsão de perdas de R\$ 65,7 bilhões.

O relatório também muda lei complementar que trata da incidência de ICMS sobre diesel para prever que a base de cálculo do imposto será, até 31 de dezembro de 2022, a média de preços dos últimos cinco anos. A lei, aprovada pelo Congresso e sancionada por Bolsonaro, prevê a adoção de alíquota única de ICMS sobre combustíveis, a ser regulamentada pelo Confaz. O colegiado é formado por representantes do Ministério da Economia e pelos secretários estaduais

de Fazenda.

Os estados haviam costurado uma alíquota máxima com "fatores de equalização" individuais para cada estado -na prática, eles poderiam manter a cobrança nos mesmos níveis de antes da nova lei.

O formato foi a maneira encontrada de cumprir a lei sem impor ônus aos governadores, seja ele financeiro (pelo prejuízo na arrecadação), seja político (de ampliar a carga tributária em seus estados). Para o governo federal, porém, a regulamentação representa um drible à lei.

O governo recorreu ao STF. Na terça-feira, (24) o ministro André Mendonça dera 48 horas de prazo "improrrogável" para que todos os estados e o Distrito Federal prestassem informações na ação em que o governo tenta garantir a redução da cobrança do ICMS sobre o diesel pelos estados.

O projeto aprovado nesta quarta é uma nova tentativa de fixar a tributação sobre diesel.

O texto inclui ainda mudanças nos conselhos de supervisão dos regimes de recuperação fiscal dos estados para prever três titulares com experiência profissional e conhecimento técnico nas áreas de gestão de finanças públicas, recuperação judicial de empresas, gestão financeira ou recuperação judicial de empresas, gestão financeira ou recuperação fiscal de entes públicos.

Lira e o ministro Paulo Guedes (Economia) fazem um esforço conjunto para tentar reduzir a resistência do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ao texto.

A equipe de Guedes argumenta que os governadores estão com caixas cheias e que é preciso devolver essa receita diretamente à população em vez de partir para soluções vis-tas como ineficazes -como a criação de subsídios. Por isso, o corte de **impostos** é considerado o ato mais adequado.

O que a Câmara aprovou

Bens e serviços essenciais

Combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo passam a ser classificados como bens e serviços essenciais

Com isso, Valeria entendimento do STF que limita a incidência do imposto a a esses itens a uma faixa de 17% a 18%

Compensação

União deduzirá do valor das parcelas dos contratos de dívidas as perdas de arrecadação superiores a 5% em relação a 2021. A dedução vai até 31 de dezembro de 2022 ou até a dívida acabar

Estados em regime de recuperação fiscal terão as perdas com arrecadação compensadas integralmente. Estados sem dívida ficam sem compensação

O projeto prevê a possibilidade de compensação também a municípios 403 a 10 foi o placar da votação do texto-base

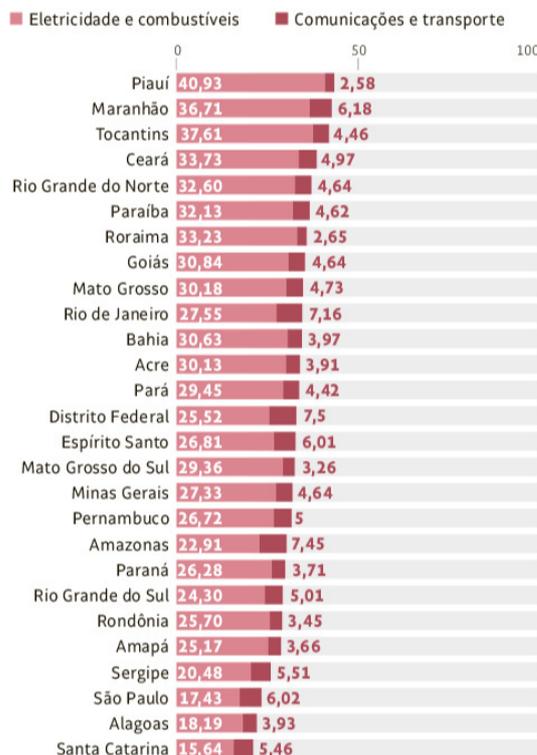
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49923>

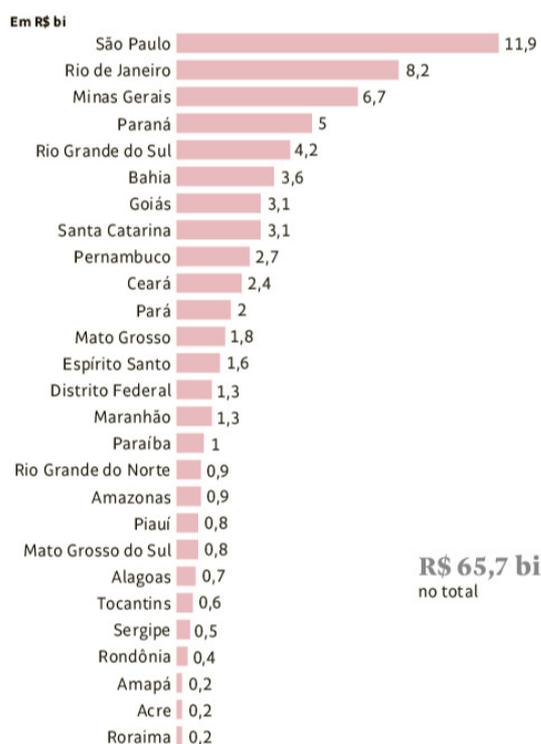
O peso para os estados

Receita com ICMS de transportes, comunicação, combustíveis e energia elétrica, sobre receita tributária em 12 meses*

Em %



Perda de arrecadação estimada por estado, segundo CNM



*Resultados para 12 meses acumulados até março de 2022; para Piauí e Tocantins, 12 meses até dezembro de 2021 (dados mais recentes)
 Fontes: Boletim de Arrecadação dos Tributos Estaduais do Confaz; elaboração Vinicius Torres Freire e CNM (Confederação Nacional dos Municípios)

Como lavar dinheiro com criptomoedas (Artigo)

**Walfrido Warde, Henrique Machado e Isac Costa, SÃO
ADVOGADOS**

Aos 44 anos, Changpeng Zhao amealhou uma das maiores fortunas do planeta com a Binance, corretora que fundou e tem hoje a maior fatia do mercado global de criptoativos.

Em visita ao Brasil, ele disse que "lavar dinheiro com cripto é muito difícil". Nada poderia ser menos verdadeiro, sobretudo no Brasil, e CZ, como Zhao é conhecido, sabe disso - ou deveria saber.

As criptomoedas estão no radar do aparato de controle dos governos porque são frouxamente reguladas, dificultam a identificação dos seus donos e o rastreamento dos negócios que levam à sua transferência entre pessoas. É verdade que os registros são compartilhados em rede do tipo blockchain, que permite saber em que carteira as criptomoedas se encontram.

Mas as autoridades não necessariamente conhecem a identidade dos proprietários.

Isso possibilita a manipulação de mercado, a formação de pirâmides financeiras e a ocultação de recursos oriundos de crimes.

O uso das criptomoedas se dá mediante carteiras identificadas por códigos que funcionam como pseudônimos.

Quem tem a chave privada da carteira tem os ativos. Na maioria dos casos, a negociação ocorre por meio de corretoras, as exchanges, que prestam serviço de custódia e controlam os ativos de seus clientes.

As exchanges agregam recursos de várias pessoas, segregando os saldos em um sistema contábil fora da blockchain.

Em teoria, é possível recorrer às exchanges para identificar os clientes e obter seus dados cadastrais. Aí começa o problema.

Uma das principais regras de prevenção à lavagem de dinheiro exige que as duas instituições envolvidas numa transação conheçam os dados das partes envolvidas. Instituições reguladas, como os bancos

submetidos à fiscalização do Banco Central, são obrigadas a identificar as pessoas.

Se as exchanges não se sujeitarem a normas semelhantes, não há como garantir a existência de controles sobre os dados dos clientes, limites de valores e a origem e o destino de transferências.

Algumas exchanges alegam que, por não terem sede aqui, no Brasil, não estariam sujeitas às normas nacionais, atuais ou futuras. Atuando sem supervisão, chegam a oferecer, em alguns casos, serviços a investidores que podem ajudar a mascarar os beneficiários finais ou mesmo assegurar o anonimato.

Então, por que voar abaixo do radar se, como garante CZ, lavar dinheiro com cripto é muito difícil?

A verdade é que é fácil lavar dinheiro com criptomoeda.

Há dois motivos para isso: 1) ausência ou insuficiência de verificação da autenticidade de documentos e validade de dados fornecidos na abertura de contas; e 2) inexistência ou ineficácia de controles da origem ou destino de transferências.

Nessas condições, é possível misturar valores ilícitos com lícitos para trazê-los ao sistema financeiro nacional.

Uma cold wallet (carteira fora de uma exchange) cujas chaves não estão na internet pode facilmente ser o destino de recursos decorrentes de fraude, propina, extorsão ou outro crime.

Alguém pode fragmentar esses valores em inúmeras operações que dificultam o rastreamento, inclusive para exchanges com controles flexíveis, usando até documentos falsos.

Hoje, as exchanges estrangeiras não prestam informações ao Fisco. Seus clientes podem fazer o mesmo (embora não devam), deixando à margem da tributação um volume relevante de transações. Ainda atuam sem o controle de destinatários das transferências de e para carteiras não custodiadas e com controles precários envolvendo contas correntes ou de pagamento (podem receber depósitos e transferir para contas de titularidade distinta). Como

não são supervisionadas, não há garantia de que os controles anunciados existam de fato e de que sejam aplicados a todos os clientes.

Pode, assim, ocorrer uma espécie de "dólar cabo", em que uma transferência em reais para uma instituição regulada corresponda a um pagamento em criptomoedas entre carteiras não identificadas.

Na passagem para o mundo real, se for necessário declarar os valores recebidos, pode-se justificar que esses recursos têm origem em mineração, arbitragem entre criptoativos, negociação de outros criptoativos, da venda de NFTs (nonfungible tokens) ou outras fontes de difícil comprovação.

Finalmente, é possível transferir esses valores por meio de uma instituição de pagamento autorizada pelo Banco Central ou até realizar saques em caixas automáticos.

Pagando os **impostos**, o dinheiro está formalmente limpo. É fundamental que as instituições já reguladas monitorem e comuniquem operações suspeitas, para evitar que isso aconteça.

Quando se permite que exchanges com controles flexíveis acessem o sistema financeiro nacional, o País dá bom dia a um enorme cavalo de Troia. Ao contrário do que diz CZ, o chefe da Binance, exchanges podem ser lavanderias eficientes e filiais prolíficas da grande lavanderia chamada Brasil.

Walfrido Warde, Henrique Machado e Isac Costa, SÃO
ADVOGADOS

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bolsonaro e a Petrobras - CELSO MING

CELSO MING

Nesta nova demissão de um presidente da Petrobras, a terceira em quatro anos, há uma certeza e algumas hipóteses.

A certeza é a de que o presidente Bolsonaro quer usar os preços dos combustíveis para ajudar ou, pelo menos, não atrapalhar sua campanha eleitoral.

Uma das hipóteses sujeitas a confirmação é a de que ele quer apenas dar a impressão de que está fazendo de tudo para impedir nova escalada dos preços internos dos combustíveis. Nesse caso, se for vencido pelos fatos, dirá que "o sistema" está contra ele e contra o eleitor.

Outra hipótese é a de que pretende alterar as regras da Petrobras para poder controlar os preços.

É, de resto, a mesma proposta do seu mais importante adversário nas urnas, o ex-presidente Lula (PT), que não tem escondido o que pretende fazer. Se vai conseguir, é outra história.

Uma das alegações que vazam do Planalto é a de que Bolsonaro quer "mais previsibilidade" nos preços da Petrobras. É pretensão estranha sobre uma equação regida por duas incógnitas de comportamento imprevisível: a trajetória das cotações internacionais de um produto altamente sensível a convulsões geopolíticas, como as de agora; e a das cotações do dólar em reais. Até mesmo as condições do tempo são mais previsíveis do que as cotações do petróleo, de seus derivados e do câmbio.

Um jeito de garantir baixa variabilidade dos preços é adotar o tal fundo de estabilização, cujos recursos seriam usados quando as cotações escalassem. O problema é que não há fundo, que, de resto, teria de ser montado com recursos públicos.

O presidente Bolsonaro quer aumentar o intervalo entre um reajuste e outro? Este é um embuste.

O que pretende mesmo é que, até as eleições, a Petrobras não aumente os preços. Se fosse para garantir mais espaçamento, então precisaria ser determinado qual seria. Os preços da gasolina, que variam diariamente, não se reajustam há 75 dias. E os atrasos (a tal "defasagem média") já são de 6% para a gasolina e 1% para o diesel, como indicam os levantamentos mais recentes da Abicom. De mais a

mais, a fixação arbitrária de um prazo para um reajuste poderá prejudicar o consumidor se for para reduzir os preços, como dia menos dia acontecerá.

Há a alegação de que a Petrobras vem apresentando lucros enormes e que poderia bancar um pedaço da conta do consumidor.

Nesse caso, teria de ser necessário definir qual o lucro aceitável e assumir o risco de que, qualquer achatamento do seu caixa, produziria quebra das receitas públicas com **impostos**, royalties e dividendos.

Finalmente, interferências na administração da Petrobras a deixariam vulnerável a processos na Justiça, do Brasil e do exterior, por lesar propositalmente os interesses do acionista minoritário.

Mas Bolsonaro não está preocupado com o que possa criar efeitos consumados negativos depois das eleições.

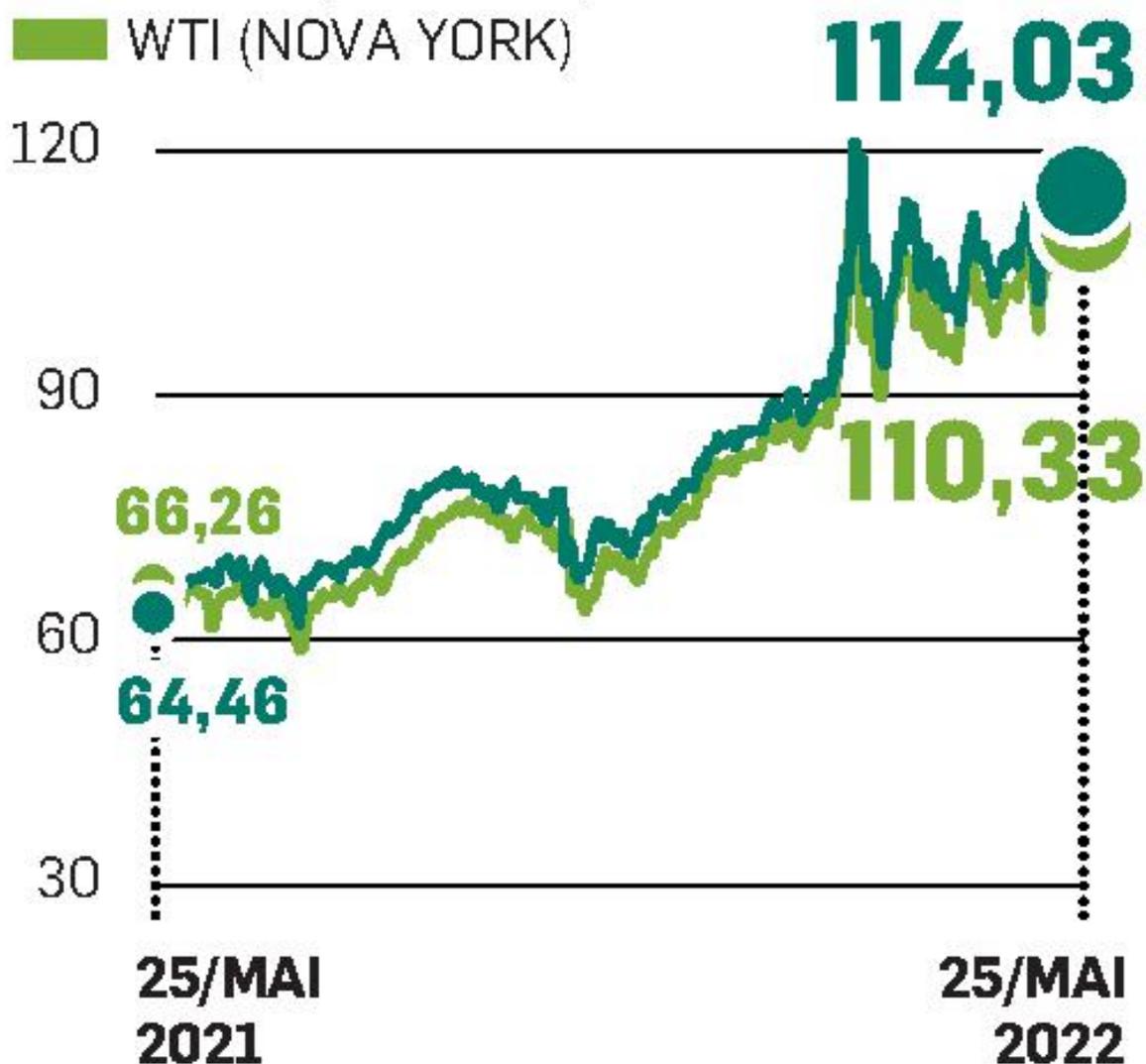
Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

EM ALTA

PREÇO DO BARRIL DE PETRÓLEO*
EM DOLARES

 BRENT (LONDRES)

 WTI (NOVA YORK)



*VENCIMENTO PARA JUL/22

FONTE: BROADCAST / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Texto prevê "gatilho" para compensar queda de arrecadação de Estados

IANDER PORCELLA

A Câmara deu aval ontem a projeto que prevê teto de 17% para o ICMS sobre energia e combustíveis, entre outros itens. O texto passou com amplo apoio - 403 votos favoráveis, apenas 10 contrários e 2 abstenções. Para diminuir resistências à medida, os deputados colocaram um "gatilho" temporário para compensar Estados e municípios quando a queda na arrecadação total do tributo for superior a 5%. Essa compensação será feita, se necessário, por meio do abatimento da dívida desses entes com a União.

O texto segue para o Senado.

A estratégia parece a reedição da Lei Kandir, que previa que a União compensasse os Estados pelo ICMS que deixou de ser arrecadado com a desoneração das exportações. O valor dos repasses foi alvo de disputas, chegou a servir de moeda pelo apoio à reforma da Previdência, envolveu o Tribunal de Contas da União (TCU) e só foi resolvido com acordo no Supremo Tribunal Federal (STF).

O texto define energia elétrica, combustíveis, gás natural, querosene de aviação, transporte coletivo e telecomunicações como essenciais. "Hoje é um dia histórico para o Congresso. A última vez que esta Casa votou para diminuir **impostos** foi quando se votou para acabar com a **CPMF**", disse o autor da proposta, deputado Danilo Forte (União Brasil- CE), que preside a Frente Parlamentar de Energias Renováveis.

Preocupação número um dos parlamentares às vésperas das eleições, a explosão na conta de luz decorre também do "custo Congresso", aprovação de leis que exigem contratações de energia de fontes específicas e dão subsídios ao setor elétrico, responsável por elevar em 10% a tarifa nos próximos anos, como mostrou o Estadão.

"TRANSIÇÃO". A fixação de teto para o ICMS recebeu o aval do Ministério da Economia, com a condição de que o gatilho de compensação durasse seis meses, em uma espécie de "período de transição". A iniciativa de fixar um teto de 17% para o ICMS faz parte de um "levante" do Congresso contra aumentos de preços e teve o apoio do governo, num momento em que o efeito da alta da **inflação** nas chances de reeleição do

presidente Jair Bolsonaro preocupa o seu comitê de campanha.

O ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, participou das negociações.

Os governadores estimam a perda de quase R\$ 70 bilhões na arrecadação de Estados e municípios por ano e já montam uma forçatarefa para barrar o teto no Senado ou até mesmo no STF (leia mais nesta página).

Em contraponto, conforme o relator da proposta, deputado Elmar Nascimento (União Brasil-BA), a avaliação da equipe econômica é de que nem será preciso acionar o gatilho. "A equipe econômica do governo acredita que não vai ter perda nenhuma, porque esse dinheiro não deixa de existir", afirmou. "Se você gasta menos dinheiro com combustível, porque baixou o preço com a redução na alíquota, você vai gastar com outra coisa."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Setor público tem primeiro superávit desde 2013

Lu AikoOtta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187228

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187228

"Sem mudança no câmbio, desinflação será lenta e gradual"

Marcelo Osakabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187228

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187228

Senado articula retomar projeto que muda IR

Renan Truffi e Vandson Lima De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187228

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187228

Para Guedes, reajuste não pode ir além de 5%



rosana hessel

De acordo com o ministro, o presidente Jair Bolsonaro (PL) não conseguirá conceder aumento diferenciado aos policiais, como vinha sinalizando à categoria. "Você pode até dar alguma coisa, mas esquece o que ficou para trás. Você acha que na Alemanha, nos Estados Unidos... Perdas acontecem. Todo mundo perdeu no mundo inteiro", disse o ministro. "É por lei. Em ano eleitoral, você só pode dar até a **inflação** e linear. O presidente gostaria de dar aumento aos policiais, mas não pode, é visto como aliciamento", frisou.

Enquanto os servidores se mobilizam com greves e protestos, reivindicando reajustes acima de 20% para compensar as perdas durante o congelamento na pandemia da covid-19, o ministro da Economia, Paulo Guedes, reforçou que o governo só consegue conceder 5% de aumento linear e avisou ao funcionalismo para esquecer da correção pela **inflação**, porque "o mundo inteiro perdeu" durante a pandemia da covid-19. E, segundo o ministro, não é possível haver aumento diferenciado para policiais.

"A essência da política é essa, decidir o Orçamento", afirmou Guedes, ontem, a jornalistas em Davos, na Suíça, onde participa do Fórum Econômico Mundial. O custo de um reajuste linear de 5% para os servidores de todos os Poderes, será de quase R\$ 8 bilhões neste ano, sendo que R\$ 6,3 bilhões apenas para os funcionários do Executivo de julho a dezembro.

O Orçamento deste ano não tem espaço para o reajuste. Na semana passada, o governo contingenciou um total de R\$ 9,9 bilhões para acomodar aumento do volume de subsídios agrícolas e de despesas inesperadas com precatórios de menor valor (RPVs) no teto de gastos.

A especialista em contas públicas Juliana Damasceno, da Tendências Consultoria, lembrou que o espaço para o reajuste precisa ser aberto por meio de mais cortes ou de remanejamentos nas despesas discricionárias (não obrigatórias). "Somando a pressão desses 5% aos recursos do Plano Safra, porque taxas de juros maiores exigem mais gasto do governo para fazer equalização, e novas surpresas, como as do RPVs deste bimestre, a conta não fecha", alertou.

Com ou sem crise, empresas de capital aberto aumentam seus lucros - MERCADO S/A



Inflação alta, guerra na Ucrânia, **PIB** em marcha lenta, instabilidade política. Apesar de todas as dificuldades colocadas diante das empresas brasileiras em 2022, elas foram capazes - mais uma vez - de melhorar seus resultados financeiros. De acordo com um levantamento realizado pela consultoria Economática, o lucro das companhias de capital aberto, no primeiro trimestre, foi 55% maior do que o observado no mesmo período do ano passado. O cálculo exclui Petrobras, Vale, Suzano e os bancos, que distorcem os resultados. Sozinha, a Petrobras lucrou fabulosos R\$ 44,5 bilhões. Considerando os três primeiros meses do ano, trata-se do maior lucro da história para uma empresa que negocia ações na bolsa brasileira. Ainda segundo a análise da Economática, os setores de melhor desempenho foram, na ordem, energético, transportes, alimentos e bebidas. No campo oposto, o comércio apresentou os piores resultados.

Netflix entra firme no mercado dos games

Depois de perder assinantes no primeiro trimestre, a Netflix amplia a aposta no mercado de games. A empresa de streaming investe no setor desde o ano passado, mas agora a coisa ficou séria. Nesta semana, anunciou o lançamento de três jogos para a versão mobile, compatíveis para Android e iOS. Seu portfólio é formado por 20 games, de originais a adaptados, mas outros lançamentos estão previstos para os próximos dias. Ainda assim, a participação do segmento nas receitas da companhia é irrisória.

Nas aéreas, o serviço de bordo está de volta

Os serviços de bordo, que estavam suspensos desde o início da pandemia, começam a voltar aos céus brasileiros. Por decisão da Anvisa, as companhias foram autorizadas a retomar a atividade. O processo será gradual. Por enquanto, apenas a Azul funciona como antes, oferecendo snacks e bebidas aos passageiros. Na Latam e na Gol, os alimentos serão distribuídos aos viajantes a partir de primeiro de junho. Segundo a Anvisa, o uso de máscaras dentro do avião continua obrigatório.

Topper e Rainha querem chegar a 100 lojas no país



AMAURI SEGALLA

As marcas Topper e a Rainha, especializadas em artigos para futebol e de fitness, planejam ampliar a presença no Brasil. Recentemente, iniciaram a abertura de franquias no Sudeste (uma delas, a primeira em Minas Gerais, na cidade de Divinópolis), no Sul e no Norte. Além disso, planejam inaugurar, até o fim do ano, quatro unidades em Goiás, na capital Goiânia e municípios do entorno, e outras quatro lojas em Brasília. O plano da Topper e da Rainha é chegar a 100 estabelecimentos até 2026.

Rapidinhas

» Os bancos brasileiros nunca investiram tanto em tecnologia. Segundo pesquisa da consultoria Deloitte, feita sob encomenda para a Febraban, a federação dos bancos, os aportes chegarão a R\$ 35,5 bilhões em 2022, um avanço de 18% em relação a 2021. A maior parte dos recursos será destinada para a digitalização de processos.

» As bicicletas compartilhadas estão prestes a ocupar a paisagem urbana de Belo Horizonte. Nesta semana, a Tembici, empresa líder do segmento na América Latina, apresentou proposta para implementar o sistema na cidade. "Estamos ansiosos com a possibilidade de chegar à capital mineira", diz Tomás Martins, CEO e cofundador da Tembici.

» A Amazon, que construiu a sua reputação no universo da tecnologia, deu o passo mais surpreendente em termos de diversificação dos negócios. Ontem, inaugurou em Los Angeles, nos Estados Unidos, a sua primeira loja de varejo de moda. Chamada Amazon Style, ela venderá roupas, sapatos e acessórios masculinos e femininos.

» Um levantamento realizado pela plataforma Distrito detectou o aumento de investimentos estrangeiros em startups do Brasil. De acordo com a pesquisa, investidores não residentes participaram de 39% das 238 rodadas de aportes em empresas iniciantes brasileiras, de janeiro a abril, ante 33% em igual período do ano passado.

Sem dinheiro até para a alimentação (Editorial)

Correio Braziliense

Nunca uma parcela tão expressiva da população brasileira esteve em situação tão vulnerável quando o assunto é alimentação como agora. Dados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Gallup apontam que o índice de pessoas no país em insegurança alimentar saltou de 17%, em 2014, para 36%, em dezembro de 2021. Pela primeira vez, desde 2006, quando o estudo começou a ser feito, essa taxa supera a média mundial, de 35%. Foram feitos 125 mil questionários em 160 nações.

A realidade é alarmante, avisa o economista Marcelo Neri, da FGV Social, que analisou todas as informações colhidas pelo Gallup. No Brasil, a insegurança alimentar afeta, principalmente, mulheres (47%) e pessoas entre 30 e 39 anos (45%), que, geralmente, têm mais filhos. Entre os 20% mais pobres, 75% responderam que havia faltado dinheiro para a compra de comida nos últimos 12 meses (e média global ficou em 48%).

O mais preocupante é que o levantamento não pegou a recente disparada dos preços dos alimentos, decorrência da guerra entre a Ucrânia e a Rússia. Ou seja, a tendência em relação à insegurança alimentar é de piora. Outro dado a ser considerado: no ano passado, o governo pagou, ao longo de meses, o auxílio emergencial, ainda que em valores menores. Nem esse programa de renda, criado durante a pandemia da covid-19, foi suficiente para amenizar a situação das famílias.

Diz Marcelo Neri: "A insegurança alimentar mais elevada tem efeitos de longo prazo preocupantes, por causa do maior número de crianças envolvidas e da desnutrição entre elas". O país, portanto, está abandonando as próximas gerações e as condenando a viverem na pobreza, no subemprego e com renda insuficiente para necessidades básicas. Não há como se falar em desenvolvimento sustentado com uma população tão desassistida.

Também chama a atenção nos dados da Gallup analisados pela FGV Social o aumento impressionante da desigualdade na insegurança alimentar. Entre os 20% mais pobres no Brasil, o nível é próximo ao de países com as maiores taxas, como o Zimbábue, onde 80% das pessoas não têm comida suficiente. Já os

20% mais ricos apontaram queda, para 7%, ficando pouco acima da Suécia, país com menos insegurança alimentar.

Diante desse retrato cruel, o próximo presidente do Brasil terá a importante missão de reverter a pobreza e levar alimentos à mesa dos brasileiros. A política econômica a ser executada terá de ser inclusiva, o que significa retomar o crescimento da produção e do consumo, gerar empregos de qualidade, controlar a **inflação**, baixar juros, ampliar a oferta de crédito, incentivar o empreendedorismo e melhorar a educação.

A cinco meses das eleições, infelizmente, nenhum dos candidatos mais bem posicionados nas pesquisas de intenção de votos apresentou, claramente, suas propostas para tornar o Brasil um país mais justo. Tudo, até agora, são discursos vazios, flertes com o populismo e incentivo à radicalização política, o que eleva a desconfiança dos agentes produtivos e empurra a economia ladeira abaixo, o caminho mais fácil para o caos social. Não é o que o Brasil merece. Muito pelo contrário.

Câmara aprova projeto que limita ICMS a 17%



Proposta teve 403 votos a favor e 10 contra e prevê compensação a estados e municípios em caso de perda de arrecadação de 5%

Thaís Medeiros e Deborah Hana Cardoso

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, por 403 votos favoráveis e apenas 10 contra, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 211/2021 que enquadra combustíveis, energia elétrica, transportes e telecomunicações como bens essenciais. A matéria não passou por comissões devido a urgência já votada na última semana. A proposta deve enfrentar dificuldades no Senado, que vem sofrendo pressões por parte dos governadores.

O PLP estabelece um teto para a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 17%. O receio dos governadores é que tal limite prejudique os cofres nos estados, que dependem do tributo arrecadado. A estratégia agora é apelar para uma interlocução maior com os senadores e o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na tentativa de barrar a votação por lá.

Na Câmara, para mitigar a redução na arrecadação, foi negociado e incluído um gatilho temporário de seis meses para que a União compense os entes federativos e jogue as perdas para o próximo governante após as eleições. Além disso, o relator do projeto, deputado Elmar Nascimento (União Brasil-BA) estendeu o gatilho também aos municípios, garantindo que sejam compensados também por eventual perda de arrecadação.

"Tivemos o cuidado ouvindo os líderes dos partidos da base do governo no sentido de impor uma trava para que não houvesse uma queda de arrecadação, comprometendo as finanças do estado. Então, nós estabelecemos uma trava de 5%, em que qualquer queda de arrecadação total do estado ultrapasse os 5%, isso seria arcado pela União. De ontem (terça-feira) pra cá houve uma procura muito grande de diversos deputados e de prefeitos, associações de prefeitos, no sentido de que a gente pudesse também estender essa trava aos municípios. Haja vista que 25% da receita com ICMS é compartilhada com esses municípios", detalhou o parlamentar, em entrevista coletiva ontem.

Parlamentares afirmam que, mesmo sabendo dos desafios a serem enfrentados no Senado, a votação precisava ocorrer. "Os senadores estão sendo pressionados pelos estados, mas, apesar disso, é necessário que se vote na Câmara, pois o custo de vida está muito alto, devemos essa resposta. De fato haverá dificuldade para aprovar a matéria no Senado, mas haverá articulação vinda da Câmara", observou o deputado Marcelo Freixo (PSB-RJ).

A ala governista reitera que tal prejuízo nas contas dos estados não é justificável. "A grande questão que está sendo discutida é que os estados vão perder dinheiro, o que é uma mentira. Eu vejo governadores falando isso, é vergonhoso o governador que não queira reduzir a alíquota agora. O combustível há dois anos custava quatro reais, hoje ele está em oito. Então, o estado está ganhando o dobro da arrecadação. A gente tem que olhar isso com a frieza de que a **inflação** fez com que o estado arrecade mais", argumentou o deputado Luis Miranda (Republicanos-DF).

Em coletiva na terça, o deputado federal e autor do PL que estabelece o teto de 17% aglutinando ao apensado, Danilo Forte (União-CE), afirmou que a projeção de perda de receita dos estados em R\$ 100 bilhões com a aprovação do projeto, é um "chute". Questionado sobre a conta, ele respondeu: "Como pode ser R\$ 100 bilhões se só se circula R\$ 360 bilhões. Essa conta não existe. As estimativas variam de R\$ 14,5 bilhões a R\$100 bilhões, astronômico. É muito variável", disse.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/26/05/2022/p1>

Insegurança alimentar dobra no Brasil em sete anos e afeta mais as crianças



Fila de distribuição de comida na região central do Rio de Janeiro Ricardo Borges - 26.mar.21/Folhapress

Fernando Canzian são paulo

A insegurança alimentar no Brasil atingiu patamar recorde no final de 2021 e superou, pela primeira vez, a média global. Ela afeta mais mulheres, famílias pobres e pessoas entre 30 e 49 anos, grupos que geralmente têm mais filhos -comprometendo a atual geração de crianças brasileiras.

Segundo pesquisa global Gallup realizada desde 2006 em cerca de 160 países, a taxa de insegurança alimentar na população brasileira dobrou a partir de 2014, ano em que a economia entrou em recessão no governo Dilma Rousseff (2011-2016), e tem registrado crescimento medíocre desde então. Segundo os dados do Gallup, analisados no Brasil pelo Centro de Políticas Sociais do FGV Social, a taxa saltou de 17% em 2014 para 36% no fim de 2021. Pela primeira vez ela superou a média global (35%), aferida a partir de 125 mil questionários aplicados no mundo.

Dos 20% mais pobres brasileiros, 75% responderam afirmativamente que havia faltado dinheiro para compra de alimentos nos últimos 12 meses. Entre as mulheres, a taxa foi a 47%; e a 45% para pessoas com idades entre 30 e 49 anos-acima da média global "A insegurança alimentar mais elevada nesses segmentos tem efeitos de longo prazo preocupantes por causa do maior número de crianças envolvidas e da desnutrição entre elas", afirma Marcelo Neri, diretor do FGV Social.

"Impressiona também o aumento abissal da desigualdade de insegurança alimentar. Entre os 20% mais pobres no Brasil, o nível é próximo dos países com maiores taxas, como Zimbábue [80%]. Já os 20% mais ricos experimentaram queda [para 7%], ficando

pouco acima da Suécia, país com menos insegurança alimentar" A pesquisa, do fim de 2021, não chegou a captar a nova disparada dos preços dos alimentos neste ano, sobretudo após o início da guerra entre Rússia e Ucrânia -grandes produtores de trigo e milho.

Também foi realizada num contexto em que a Caixa pagou, ao longo de sete meses de 2021, auxílio emergencial a 39,2 milhões de famílias, com valores mensais entre R\$ 150 e R\$ 375. Atualmente, apenas 17,5 milhões de famílias recebem o novo Auxílio Brasil, de R\$ 400 mensais.

Para Renato Mafuf, coordenador da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), todos os fatores que mantinham os níveis elevados de fome entre os brasileiros até 2020 se agravaram no ano passado; e seguem em deterioração neste ano.

Pesquisa da Rede Penssan em dezembro de 2020 mostrou que, no total, mais da metade (55%) dos brasileiros sofriam de algum tipo de insegurança alimentar (grave, moderada ou leve).

"O desemprego segue elevado e a renda, em baixa, sobretudo entre os informais. Temos um benefício social [Auxílio Brasil] menor do que em 2020 [quando chegou a R\$ 600 mensais] e uma guerra entre dois grandes produtores de alimentos", diz Maluf.

"Para completar, não há política de governo estruturada contra a fome, só reações voluntaristas, com medidas pontuais, como a redução de tarifas de importação. Não há nenhuma razão para acharmos que as coisas possam melhorar!" Segundo projeções da consultoria MB Associados, a **inflação** de alimentos neste ano deve chegar a 12%, bem acima do IPCA, contribuindo para agravar o quadro de insegurança alimentar.

"Embora haja alguma desaceleração nos preços de commodities metálicas por conta da perspectiva de desaceleração econômica em Europa, China e Estados Unidos, os preços dos alimentos seguem outra dinâmica, com pressões persistentes e descoladas dos índices de atividade", afirma Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados.

Depois do trigo, Índia restringe exportação de açúcar

A Índia vai restringir a exportação de açúcar para proteger suas reservas como medida de precaução e para reduzir a **inflação**, pouco depois de proibir as exportações de trigo. As duas medidas acentuam a alta dos preços no contexto de crise agrícola mundial.

O maior produtor mundial de açúcar e segundo exportador depois do Brasil limitará as exportações a 10 milhões de toneladas no período de comercialização, de outubro a setembro, informou o Ministério da Alimentação.

A decisão, que entrará em vigor em 1º de junho, foi adotada "como objetivo de manter a disponibilidade interna e a estabilidade dos preços durante a safra do açúcar", segundo **comunicado**.

As exportações de açúcar devem atingir um nível sem precedentes nesta temporada, com contratos assinados para quase 9 milhões de toneladas, das quais 7,8 milhões já foram enviadas, acrescentou a pasta.

Há algumas semanas, alegando **inflação** e segurança alimentar, a Índia proibiu exportações de trigo sem aprovação prévia do governo. A proibição repentina bloqueou centenas de milhares de toneladas em um grande porto no oeste do país.

"A insegurança alimentar mais elevada nesses segmentos tem efeitos de longo prazo preocupantes por causa do maior número de crianças envolvidas e da desnutrição entre elas" Marcelo Neri diretor do FGV Social

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

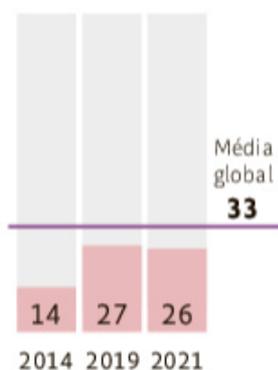
23

Fome dispara no Brasil

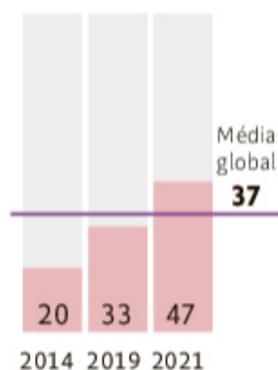
Falta de dinheiro para alimentação*

Em %

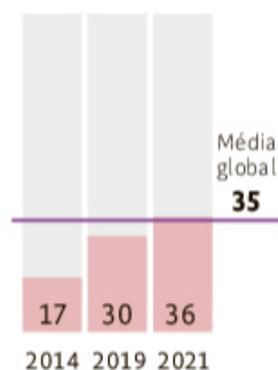
Homem



Mulher

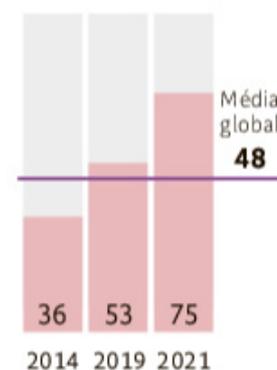


Total



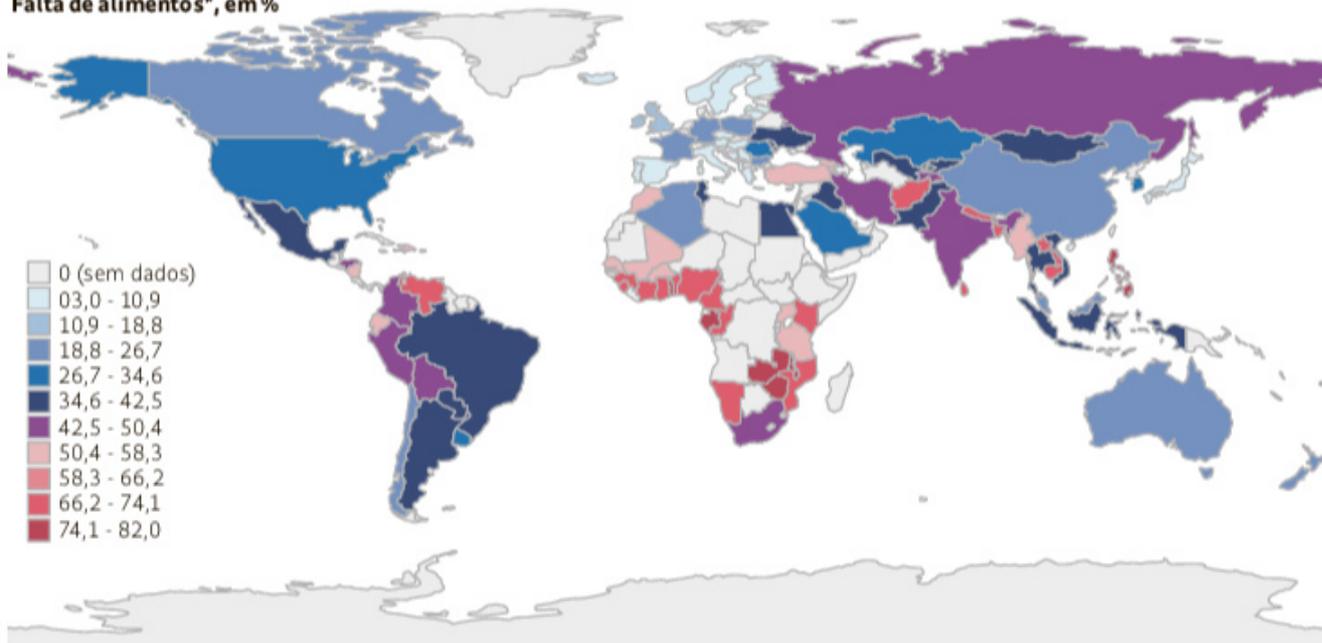
Fome duplica na baixa renda

Entre os 20% mais pobres, em %



Mapa global da fome

Falta de alimentos*, em %



*Em algum momento, nos últimos 12 meses, faltou dinheiro para a compra de alimentos para o entrevistado ou familiares
Fonte: FGV Social/CPS a partir dos dados do Gallup World Poll

Resultado fiscal é o melhor desde 2018, afirma a Economia



Idiana Tomazelli Brasília

Enquanto candidatas ao Palácio do Planalto criticam o teto de gastos, o Ministério da Economia divulgou nesta quarta (25) estudo que aponta a regra fiscal como um dos principais fatores de melhora estrutural nas contas do país.

O resultado fiscal estrutural, que estima a situação das finanças de União, estados e municípios ignorando efeitos meramente transitórios -como aumentos pontuais de arrecadação ou despesas-, ficou positivo em 2,37% do **PIB** (Produto Interno Bruto) em 2021.

É a primeira vez que o resultado fica no azul desde 2013 e é o maior valor desde 2008 (quando foi 3,23% do **PIB**).

O desempenho oficial das contas do setor público é divulgado pelo Banco Central em janeiro de cada ano. O resultado de 2021 foi positivo em R\$ 64,7 bilhões, ou 0,75% do **PIB**.

Mas a conta inclui fatores estruturais e transitórios sem distinção. Ingresso atípico e pontual de receitas é contado da mesma forma que aumento de receitas tido como estrutural -vindo do crescimento econômico, por exemplo.

O resultado chamado de convencional pelo BC inclui despesas transitórias, como gastos do governo para combater os efeitos econômicos, sanitários e sociais da Covid. No ano passado, foram gastos R\$ 120,8 bilhões nessa frente.

O cálculo do resultado estrutural é feito anualmente para tentar separar o que é melhora ou piora circunstancial das contas públicas do que seria ganho

ou perda permanente.

Em-2020, no auge dos efeitos da Covid, quando o governo precisou abrir os cofres e gastar quase R\$ 600 bilhões para combater a pandemia, o Brasil registrou o pior rombo de sua história: um déficit de R\$ 703 bilhões, equivalente a 9,41% do **PIB**. Mas o déficit estrutural foi bem menor, de 0,49%.

Para os técnicos, a melhora do ano passado vem das reformas feitas para conter gastos. Eles citam a criação do teto de gastos, regra proposta no governo Michel **Temer** (MDB) que limitou o avanço das despesas à variação da **inflação**, e a reforma da Previdência, aprovada já no governo do presidente Jair Bolsonaro (PL).

A trava de reajustes a servidores em 2020 e 2021 também contribuiu para um ganho permanente das despesas.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49923>

Empresários e economistas articulam ações para impulsionar Simone Tebet

CRISTIANE BARBIERI

Com o nome de Simone Tebet (MDB-MS) praticamente definido como alternativa da terceira via, um grupo de empresários, executivos e intelectuais articula ações para impulsionar a senadora na corrida presidencial.

Além de manifestos com o aval à candidatura, a estratégia envolve torná-la mais conhecida em todo o Brasil, bem como suas ideias e propostas.

"Cada um luta com as armas que tem e as nossas são transferir e debater ideias e colocá-las em discussão profunda", disse o economista Affonso Celso Pastore. "A intenção é tentar conquistar corações e mentes para a demanda de um grupo da sociedade que não se sente representado nem por Lula nem por Bolsonaro", afirmou o economista, que foi conselheiro econômico do ex-pré-candidato Sérgio Moro (União Brasil).

Descontentes com a polarização protagonizada pelos líderes nas pesquisas de intenção de votos, o grupo partiu para o apoio explícito a Simone. A economista e escritora Eliana Cardoso disse que o que a levou a apoiar Simone foi "o amor pelo Brasil e a convicção de que precisamos de presidente capaz de unir o País em torno de um projeto de inclusão social".

"Simone Tebet já se mostrou liderança enérgica e pacificadora, dotada de credibilidade, de experiência na gestão pública e no Parlamento, atenta e sensível às demandas da população e à defesa do meio ambiente", afirmou Eliana, em entrevista por escrito.

MANIFESTO.

O manifesto de apoio a Simone, tornado público anteontem pela Coluna do Estadão, nasceu após um encontro realizado há três semanas com cerca de 300 pessoas, com a presença da senadora. Atualmente com quase 4 mil assinaturas, o documento foi criado na plataforma Change por Teresa Bracher, mulher do ex-presidente do Itaú Unibanco Candido Bracher, e procurou juntar um grupo plural.

Entre os signatários do manifesto, há lideranças de entidades sociais, do mundo das artes, indígenas, além, é claro, de empresários e executivos.

"Sentimos que é um movimento que vem crescendo", afirmou Fábio Barbosa, sócio da Gávea Investimentos, um dos organizadores do evento.

Em janeiro de 2021, ele começou a fazer parte de um grupo batizado de "2022". Ao lado de outros dez executivos e empresários de primeira linha, discutiam como se mobilizar em torno de um candidato à eleição presidencial que fugisse da polarização de 2018 e que, anteviam, se repetiria. "O que anima o pessoal é que agora conseguimos chegar a um nome e que dá para trabalhar em torno na "personificação": agora temos uma "cara" do candidato, com qualidades e programa de governo", disse.

Além de não se sentirem representados na polarização, os apoiadores de Simone dizem que a disputa está sendo traçada com estratégias populistas, sem qualquer debate de propostas e planos de governo. "São dois extremos na disputa, que não têm programa econômico, de desenvolvimento, inclusão social ou de aumento de eficiência do País", disse Pastore.

DIFICULDADE.

Todos têm plena consciência de que fazer decolar a candidatura de Simone será uma missão difícil. Deixam, de maneira geral, a escolha do eventual vice e o uso das verbas partidárias aos políticos, apesar de cada um ter sua preferência.

Porém, pretendem avançar em iniciativas que irão de debates e tentativas de convencimento de grupos de relacionamento à exposição na mídia tradicional e ativismo organizado em redes sociais.

Em tempos de discurso de ódio, desinformação e guerrilha virtual, afirmam que o movimento "quixotesco" fará a diferença nesta eleição. "A política, como a vida, é feita de surpresas e de imponderáveis", disse Eliana. "Nas últimas eleições, um candidato chegou à Presidência porque levou uma facada, posou de vítima e não participou dos debates."

IMPREVISÍVEL.

Para ela, até aquele evento imprevisível, a vitória de Bolsonaro estava fora do baralho e algo semelhante

pode acontecer novamente, já que as projeções do futuro se baseiam em números do passado.

"Essas projeções se fazem de forma linear, porque não há como projetar curvas inesperadas." O objetivo dos apoiadores é evitar a eleição dos líderes das pesquisas. "(Tenho) a convicção de que o voto útil no primeiro turno engessa a polarização e empobrece o debate político", disse Eliana. "Os candidatos dos extremos tentam esvaziar candidaturas concorrentes para consolidar a polarização e, até mesmo em partidos do centro democrático, parece haver adesão ao voto útil." Para ela, é preciso mostrar que a ausência da discussão "corrói a democracia".

Perspectiva Aliados de Simone dizem que disputa até agora tem viés populista, sem plano de governo

Movimento

"Simone Tebet já se mostrou liderança enérgica e pacificadora, dotada de credibilidade, de experiência na gestão pública e no Parlamento, atenta e sensível às demandas da população e à defesa do meio ambiente."

ELIANA CARDOSO Economista e escritora

"O que anima o pessoal é que agora conseguimos chegar a um nome e que dá para trabalhar em torno na "personificação": temos uma "cara" do candidato, com qualidades e programa de governo."

FÁBIO BARBOSA Sócio da Gávea Investimentos

"Cada um luta com as armas que tem e as nossas são transferir e debater ideias. A intenção é tentar conquistar corações e mentes para a demanda de um grupo da sociedade que não se sente representado nem por Lula nem por Bolsonaro."

AFFONSO CELSO PASTORE Economista e ex-presidente do BC

6 perguntas para...

FÁBIO BARBOSA Sócio da Gávea Investimentos

Por que apoiar a senadora Simone Tebet à eleição presidencial?

Participo de muitos grupos (com preocupações ligadas à eleição) e ouvimos de muita gente que entende do assunto que eleição no Brasil é muito personalista: as pessoas querem saber qual é a "cara" de quem se está falando.

Sem cara, não há terceira via. Agora, temos essa

"cara" e a gente pode começar a trabalhar. No grupo de empresários e executivos, achávamos que (João) Doria e Tebet eram boas alternativas, razão pela qual estávamos aguardando a decisão para nos posicionar.

Agora, precisamos mostrar quem é Simone Tebet para um grupo maior de pessoas.

A 3.ª via tem chance?

De janeiro do ano passado até agora passaram-se 17 meses e eu já li 17 vezes que a terceira via foi dada como morta. Não obstante, está aí.

É lógico que é difícil e as chances são muito pequenas.

Ninguém discute isso, mas não é jogo jogado.

O que Simone traz?

Nenhum dos dois candidatos que estão à frente nas pesquisas tem mostrado um plano de governo. A ideia é trazer propostas. Ela trabalha com a Elena Landau, que coordena especialistas em diversas áreas, com o olhar que não está sendo visto nos outros programas.

Não vejo campanha de um candidato ou de outro discutir os problemas que afligem o País: as questões de desemprego, inflação, insegurança alimentar, segurança pública, saúde. Daqui para frente, a gente vai ver mais isso: ser mais propositivo.

O fato de ela ser mulher e do Centro-Oeste ajuda a atrair o eleitor?

Para começar, ela traz civilidade, propostas concretas e transparência para o debate. Agora, o fato de ser mulher, se tiver de ser usado, pode cativar uma parte do eleitorado. Ser do Centro-Oeste traz a ideia de um país que cresce. O Brasil cresce hoje no Centro-Oeste.

Além do manifesto, o que cabe mais à sociedade civil fazer?

O grande drama é tornar a candidata mais conhecida. Esse grupo da sociedade civil, que está mobilizado e é crescente, irá expor o máximo possível a candidata a grupos diferentes, sejam pequenos e formadores de opinião ou grandes, com outras pessoas, de outros segmentos da sociedade.

A questão é: a gente acredita que ela está bem respaldada por pessoas que estão fazendo estudos importantes e, portanto, se nós a expusermos, ela tem condições de começar a encantar.

Esse apoio envolverá redes sociais?

Existe, sim, uma estratégia sendo montada. Não sou responsável pela estratégia de marketing e não posso entrar em detalhes, mas existe e acontecerá sem a agressividade. Queremos conversar com a parte da sociedade que não se sente representada por essa agressividade.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Inflação acima de 10% há nove meses (Editorial)

Desde setembro do ano passado a **inflação** acumulada em 12 meses tem ficado acima de 10%. Em maio, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) - que antecipa a **inflação** do mês completo -, a alta foi de 12,20%, contra 12,03% em abril.

Embora há pelo menos nove meses a alta média dos preços venha corroendo a renda dos brasileiros, sobretudo os mais pobres, o ministro da Economia, Paulo Guedes, garante que o País está saindo do "inferno" inflacionário. Ao contrário de Guedes, porém, o presidente Jair Bolsonaro se deu conta recentemente de que alta acentuada e prolongada dos preços, sobretudo os de bens essenciais como alimentos e combustíveis, ameaça sua reeleição, seu único objetivo desde que assumiu o cargo. Tem demonstrado, por isso, descontrolado nervosismo com a questão.

Primeiro, tentou empurrar a culpa para outros, como costuma fazer sempre que se defronta com problemas. No caso dos combustíveis, Bolsonaro disse que a culpa era dos governadores, por causa da elevada tributação estadual. Depois, para mostrar ao eleitor que luta contra a **inflação** - em alta, observe, desde maio de 2020, ou seja, há dois anos -, Bolsonaro passou a tentar controlar os preços praticados pela Petrobras. Para isso, demitiu sucessivos presidentes da Petrobras por ele mesmo indicados. Agindo assim, ameaça desestruturar as finanças da empresa e, se tiver êxito, empurrará os necessários reajustes para a frente. E eles virão, quer Bolsonaro queira ou não.

Agora, por insistência de Bolsonaro, cuja única preocupação é sua reeleição, o governo promoveu o segundo corte, em pouco mais de seis meses, de 10% das tarifas de importação de mais de 6 mil itens. Embora a desoneração das importações possa fazer parte de uma agenda mais ampla e necessária de abertura da economia brasileira, o objetivo principal do presidente é conter o preço de alimentos e de materiais de construção, para, desse modo, também conter a **inflação**.

A medida é de caráter temporário (vale até o fim de 2023), para não ferir regras do Mercosul que exigem a aprovação de todos os seus membros para a redução permanente das tarifas de importação de bens de

terceiros países. Mesmo assim, pode gerar alguma reação de outros países que fazem parte do bloco do Cone Sul.

Há, no governo, cálculos de que o corte de tarifas agora decidido poderá reduzir a **inflação** deste ano em até 0,50 ponto porcentual. É provável que isso não chegue ao consumidor. E, se chegar, o efeito será pouco sensível para a **inflação** de 2022.

Um tanto problemático para o Mercosul, de efeito muito limitado para o consumidor e para o IPCA, a medida tem, porém, impacto real e inevitável nas finanças públicas. A redução da tarifa de importação implicará queda de R\$ 3,7 bilhões na arrecadação federal.

Em tese, não há problema legal nem necessidade de compensação para essa renúncia de receita, pois o Imposto de Importação é considerado regulatório e não arrecadatório. Mas nem isso afasta a necessidade de ajuste das finanças federais.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ataque a chef nas redes expõe tática digital bolsonarista

ANA FLÁVIA PILAR* ana.costa@oglobo.com.br

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>